

1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DA APA ANHATOMIRIM**, realizada na
2 Escola do Meio Ambiente, bairro Costeira da Armação, em Governador Celso Ramos-SC,
3 iniciada às 14h20 do dia oito de dezembro de 2021. Presentes as senhoras e os senhores
4 conselheiros, conforme lista de presença anexa. **Marcos César da Silva/ICMBio**, chefe do NGI
5 Florianópolis (i.e. APA do Anhatomirim), abre a reunião agradecendo a presença de todos.
6 **Heitor Macedo/ICMBio**, apresenta a pauta da reunião, incluindo os seguintes tópicos: 1.
7 Trapiches; 2. Pinus; 3. Maricultura; 4. Retomada do Conselho; 5. Prestação de contas. Devido a
8 chegada inesperada de três representantes do Ministério da Agricultura, cujo objetivo na
9 reunião era discutir o assunto da maricultura no município de GCR, sugeriu-se a antecipação
10 do ponto de pauta 3, “Maricultura”, aproveitando-se da presença dos envolvidos. Não
11 havendo objeções, iniciou-se a discussão do referido tópico às 14h30. **Cristiano/Associação de**
12 **Maricultores de Governador Celso Ramos (AMAG)**, comenta sobre o cultivo da macroalga
13 *Kappaphycus alvarezii*, atualmente proibido no interior da APAA devido à restrição imposta no
14 Plano de Manejo (espécie exótica). **Felipe/MAPA**, informa que IBAMA e IMA-SC já autorizaram
15 o cultivo da espécie em SC. Sobre a regularização das áreas de cultivo existentes no município,
16 relata preocupação com a falta padronização das boias utilizadas pelos maricultores. Ressalta
17 que isso precisa ser feito para atender às condicionantes do convênio existente, portanto, é
18 obrigação dos maricultores regularizarem a situação. **Cristiano/AMAG**, questiona qual é a
19 ordem dos fatores neste caso, ou seja, se os maricultores precisam se adequar para receber a
20 licença ou eles fazem as adequações após receberem a licença. **Servidora do MAPA** (não
21 identifiquei o nome), informa que existe um convênio entre MAPA e Epagri, e que a
22 regularização e cadastramento precisam ser feitas para a emissão da licença. **Cristiano/AMAG**
23 questiona mais uma vez a necessidade de adequação antes da licença, pois é muito caro para
24 realizar a padronização (troca das boias). **Wilson/representante Antenor**, questiona se não
25 seria possível emitir uma licença provisória e condicionada aos maricultores, para que eles
26 tenham uma garantia ao investimento que precisa ser feito. Comenta também que precisa
27 haver fiscalização dessas áreas. **Fabiane/EPAGRI**, comenta que é complicada a situação
28 realmente, uma vez que os maricultores não querem gastar sem ter a área. **Felipe/MAPA**,
29 pergunta o que o ICMBio acha sobre isso. **Heitor/ICMBio**, comenta que existem áreas de
30 maricultura que estão dentro e fora da APAA. Relata o histórico do processo de licenciamento
31 dessas áreas, iniciado em 2010/2011. Existem áreas mapeadas, critérios para uso destas áreas.
32 No plano de manejo da APAA existe a proibição de cultivo de espécies exóticas. Na época de
33 elaboração do PM não existia essa demanda da macroalga, mas, caso seja viável
34 ambientalmente e socialmente, que o PM é um instrumento que pode ser atualizado neste
35 sentido, talvez iniciando com áreas experimentais. **Marcos/ICMBio**, complementa o histórico
36 das discussões sobre a maricultura. **Godinho/IMA**, informa que os projetos precisam estar
37 georreferenciados para o sistema do IMA. **Cristiano/AMAG**, comenta que desde 2011 foram
38 várias reuniões e discussões entre os maricultores. No total são 28 lotes e que a maioria dos
39 maricultores quer organizar. **Servidora do MAPA** (não identifiquei o nome), informa que não
40 há mais licitação de áreas. Será entregue a área que já está sendo utilizada. Mas o maricultor
41 precisa fazer a sua contrapartida. A condicionante é do MAPA. Qualquer multa pelo não
42 atendimento das condicionantes é para o MAPA. O licenciamento é um desafio e neste caso
43 um senso coletivo é muito importante, pois um maricultor fazendo algo errado pode
44 prejudicar o parque aquícola inteiro, podendo até perder a licença. **Dona**
45 **Maria/representante Costeira**, questiona se vai ser permitido incluir maricultor de fora da
46 APAA. **Heitor/ICMBio**, responde que não. O que está dentro da APAA já está definido. Sugere
47 seguir aos encaminhamentos do tema: MAPA encaminhará um ofício ao ICMBio sobre o
48 cultivo da macroalga (processo de regularização, autorização para cultivo); EPAGRI: definição

49 de quem está na área, quem quer ficar, divisão das áreas. AMAG: mobilização. MAPA:
50 georreferenciamento de todas as áreas no Brasil (áreas não onerosas). Data limite: final de
51 março/2022. **Heitor/ICMBio**, às 15h30 passou para o próximo ponto de pauta: Trapiches.
52 Apresenta um breve histórico das discussões. Informa que foi criado um Grupo de Trabalho
53 (GT) no Conselho para gerar um relatório sobre a situação (estrutura, regras de uso). Pergunta
54 aos representantes do GT se querem apresentar algum relato sobre o tema.
55 **Claudio/representante Costeira**, informa sobre tentativas de reuniões. A ideia era iniciar
56 pelo trapiche da Costeira. Depois Caieira, Fazenda e Fortaleza. No entanto, não deu tempo de
57 realizarem as reuniões em conjunto. **Ci/representante Costeira**, levanta a questão da
58 estrutura dos trapiches (madeira ou concreto). **Claudio/ representante Costeira**, relata a
59 situação geral de dois trapiches, dos conflitos existentes. **Ci/ representante Costeira, Dona**
60 **Maria/ representante Costeira, Claudio/ representante Costeira e Messias/representante**
61 **Caieira**, debatem sobre os conflitos existentes. **Heitor/ICMBio**, orienta que quem tem que
62 trazer as demandas/regras é o grupo (GT). Sugere para que elaborem uma proposta,
63 considerando aquilo que o Plano de Manejo inclui sobre esse assunto (regras de uso). Ressalta
64 que ninguém pode fazer reforma de trapiche sem o devido processo de autorização. Segue-se
65 aos encaminhamentos do tópico. **Heitor/ICMBio**, às 16h passou para o próximo ponto de
66 pauta: Pinus. Apresenta a questão do manejo dos *Pinus* sp. conforme previsto no PM da APAA,
67 destacando o prazo de 10 anos para a retirada. Informa que o ICMBio está buscando parceria
68 com outras instituições (Instituto Hórus e UFSC) e que já estão com uma saída a campo
69 agendada para o dia 10/12/2021 com o objetivo de realizar um primeiro reconhecimento das
70 áreas e avaliar as estratégias que poderão ser adotadas. Destaca também que seria importante
71 neste processo o envolvimento do IMA-SC, da Prefeitura de GCR e da PM Ambiental.
72 **Godinho/IMA**, destaca a experiência do IMA-SC no controle de *Pinus* sp. em outras áreas do
73 Estado de SC e que irá convidar o Gerente Aurélio para participar do processo. **Dona**
74 **Maria/representante Costeira**, questiona sobre o aproveitamento (usos) pelos proprietários
75 dessas áreas cortadas (pinus). **Marcos/ICMBio**, informa que depende de cada área, mas que
76 provavelmente algumas poderão ser utilizadas e outras precisarão ser recuperadas,
77 reflorestadas. **Salles/PMA-SC**, solicita que a PMA seja avisada quando as atividades de corte
78 começarem, pois certamente receberão muitas denúncias. **Heitor/ICMBio**, às 16h20 passou
79 para o próximo ponto de pauta: Retomada do Conselho. Reflexão sobre a retomada das
80 reuniões ordinárias do Conselho. **Marcos/ICMBio**, faz algumas complementações e destaca a
81 necessidade de reforçar a volta de algumas instituições e comunidades às reuniões. Destaca
82 também que, durante a pandemia, a participação social nos processos de gestão ficou muito
83 parada e que será preciso uma retomada desta questão. **Wilson/representante Antenor**,
84 pergunta sobre o processo de renovação do Conselho. **Heitor/ICMBio**, informa que está tudo
85 parado. Em 2018/2019 foi encaminhado para o ICMBio/Brasília o processo administrativo, mas
86 após aprovação do Conselho Gestor do ICMBio está parado desde então. **Heitor/ICMBio**, às
87 16h35 passou para o próximo ponto de pauta: Prestação de contas. **Marcos/ICMBio**,
88 apresenta um relato sobre a gestão atual do NGI Florianópolis, incluindo os desafios, as
89 prioridades, o planejamento estratégico e algumas questões pontuais sobre as demais UC do
90 NGI (ESEC Carijós, REBIO Arvoredo e RESEX Pirajubaé). **Crisitiano/AMAG**, pergunta sobre a
91 situação dos ranchos. **Marcos/ICMBio**, faz um relato atualizado do processo, da necessidade
92 de adequação dos valores e tamanhos. Às 17h05 encerrou-se a reunião, cuja ata foi redigida
93 por mim, Dan Jacobs Pretto/ICMBio.